

A Loterias do Estado do Paraná (Lottopar) informa que respondeu a todos os questionamentos realizados pelo Tribunal de Contas do Estado. Essa licitação é a primeira a ocorrer seguindo a Nova Lei de Licitações (14.133/21), que estipula uma série de medidas para coibir práticas irregulares, como a apresentação de Estudo Técnico Preliminar e Mapeamento de Riscos. Cabe ressaltar que qualquer empresa vencedora de processo licitatório precisa, antes da assinatura do contrato, apresentar documentos de habilitação, certidões e realizar prova de conceito para comprovar a aptidão técnica para atender o objeto licitado. A Lottopar vai atuar por meio de uma plataforma de Gestão e Meios de Pagamentos que permitirá o controle e rastreamento de todas as movimentações financeiras e operacionais de maneira transparente. Os dados poderão ser compartilhados com os órgãos de controle a fim de garantir a lisura do processo.

A Lottopar também informa que o ex-servidor citado na reportagem nunca teve relação com o projeto, em nenhuma de suas fases. Esse servidor, que desempenhava atividades administrativas e não relacionadas ao departamento de contratações públicas, foi exonerado em 2021, antes da criação da Lottopar. Os nomes dos servidores que atuaram no Grupo de Trabalho que discutiu a viabilidade do serviço de loteria, bem como os responsáveis por cada etapa da licitação, são públicos e estão disponíveis no Diário Oficial e no Portal da Transparência do Estado.

A exploração do serviço público de Loterias pelos Estados, amparada por uma decisão do Supremo Tribunal Federal, tem o objetivo de gerar receita para os entes federativos. O projeto da Lottopar prevê que parte da arrecadação seja destinada a programas sociais e o desenvolvimento de ações e serviços relacionados à segurança pública, habitação popular e promoção de direitos dos idosos, tendo também recursos revertidos ao Fundo de Recuperação e Estabilização Fiscal do Paraná – FUNREP. Apenas em uma das seis modalidades que serão exploradas no Paraná, a de apostas de quota-fixa, oito empresas se credenciaram para atuar no Estado. Caso sejam habilitadas (o processo está na fase de análise de documentos), serão R\$40 milhões em outorga fixa inicial, além da outorga variável, que deve ser paga mensalmente ao Estado. O valor ultrapassa os custos administrativos da autarquia.

Quanto ao questionamento sobre conflito de interesse, ressalta-se que a ligação citada foi encerrada há mais de dez anos, muito antes da entrada do diretor-presidente da Lottopar na administração pública. Portanto, toda e qualquer ilação que possa ser feita neste sentido não passa de má-fé.